

ENTRE O ENCANTAMENTO E A EXCLUSÃO: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E INTERSECCIONALIDADE NAS NARRATIVAS DE MONTEIRO LOBATO

*Between enchantment and exclusion: Symbolic violence and intersectionality
in the narratives of Monteiro Lobato*

Jeferson Luis Lima da Silva

Mestre em História, especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e graduando em Letras/Português pela UNIP. Atua como professor na Educação Básica e no Ensino Superior.

Ana Lúcia Machado da Silva

Mestra em Língua Portuguesa e professora da Universidade Paulista (UNIP).

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como as obras *Viagem ao Céu* (1962a), *O Saci* (1962b) e *Histórias da Tia Nastácia* (1962c), de Monteiro Lobato, representam personagens negros e reproduzem desigualdades raciais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise textual e discursiva das narrativas. As passagens que contêm termos racializados ou descrições pejorativas foram sistematizadas em quadros e interpretadas por meio da análise temática. Os resultados revelam padrões recorrentes de racialização, como a fixação da cor como identidade principal, a infantilização, a animalização e a associação com ignorância ou maldade. Conclui-se que, embora a obra de Lobato ocupe lugar central na literatura infantil brasileira, suas narrativas consolidam estereótipos raciais e violência simbólica. A permanência desses textos no repertório escolar requer mediação crítica, capaz de transformá-los em recursos pedagógicos para problematizar o racismo estrutural.

Palavras-chave: literatura infantojuvenil; racismo estrutural; violência simbólica

Abstract

The aim of this article is to analyze how Monteiro Lobato's works *Viagem ao Céu* (1962a), *O Saci* (1962b) and *Histórias da Tia Nastácia* (1962c) represent Black characters and reproduce racial inequalities. The study adopts a qualitative, textual-discursive approach. Passages containing racialized terms or pejorative descriptions were systematized in analytical tables and examined through thematic analysis. Results show recurrent patterns of racialization, such as the fixation of skin color as identity, infantilization, animalization, and associations with ignorance or evil. It is concluded that although Lobato's work is central in Brazilian children's literature, his narratives reinforce racial stereotypes and symbolic violence. The continued presence of these texts in school curricula requires critical mediation, so that they can become pedagogical tools to problematize structural racism.

Keywords: children's literature; structural racism; symbolic violence

Introdução

O conceito de racismo remonta ao início do século XVI, emergindo junto à consolidação do colonialismo moderno e ao desenvolvimento do comércio transatlântico de pessoas escravizadas. Para conter alianças inter-raciais que ameaçavam a ordem social, as elites instituíram mecanismos de divisão e dominação, por meio de legislações escravistas que restringiam direitos da população negra e conferiam privilégios simbólicos aos brancos pobres, reforçando, assim, o projeto de supremacia racial (Maio; Santos, 2010).

Nesse contexto, por volta de 1535, aportaram no litoral nordestino os primeiros navios negreiros, inaugurando um processo que se estendeu até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Estima-se que cerca de 4,9 milhões de africanos tenham sido trazidos ao Brasil, submetidos a condições de vida extremamente precárias. Sua expectativa de vida dificilmente ultrapassava sete anos, em razão da violência dos castigos, mutilações e trabalho forçado. Como observa Pesavento (1989), era comum que os corpos dos escravizados carregassem marcas de amputações impostas pelos senhores.

Ainda hoje, os efeitos dessa herança se fazem sentir. No plano jurídico, a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define como crime as práticas de discriminação ou preconceito em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, prevendo pena de reclusão de dois a cinco anos, além de multa. A criação dessa legislação expressa o reconhecimento da gravidade do racismo no Brasil e a necessidade de enfrentá-lo como violação de direitos fundamentais, evidenciando a dívida histórica que o país mantém com a população negra.

Entretanto, o racismo não se manifesta apenas nas práticas sociais ou nas legislações, mas também no campo cultural e literário. Um exemplo emblemático está na obra de Monteiro Lobato, nome consagrado da literatura brasileira, que não evitou inserir em seus textos comentários depreciativos sobre pessoas negras, frequentemente associados à cor da pele. É nesse horizonte que se insere a presente pesquisa, voltada à análise crítica das representações racializadas em suas obras. Um exemplo ilustrativo encontra-se na passagem em que o autor afirma:

[...] só não compreendo por que Deus faz uma criatura tão boa e preste a nascer preta como carvão. É verdade que as jabuticabas, as amoras, os maracujás, também são pretos e isso me leva a crer que a cor preta é uma coisa que só desmerece as pessoas aqui neste mundo (Lobato, 2007, p.110).

Esse trecho evidencia a associação direta entre a cor preta e a ideia de desvalorização, reforçando uma visão hierárquica que inferioriza pessoas negras. Para compreender esse tipo de representação, é preciso considerar o contexto intelectual da época, em que

a questão racial ocupava lugar central nas interpretações sobre a literatura e a sociedade. No final do século XIX e início do XX, críticos como Sílvio Romero (2014) registram que autores como Araripe Júnior e José Veríssimo também se debruçaram sobre a temática da raça, o que mostra como tais concepções atravessavam o debate cultural e literário.

Como observam Mendes e Maia (2019), a literatura não é neutra: nela, cada autor expressa sua visão de mundo e as ideologias com as quais pactua. A produção de Lobato dialoga com as concepções raciais em voga naquele período, como o racismo científico, a eugenia, o darwinismo social e o evolucionismo, correntes que sustentavam discursos etnocêntricos. Assim, suas personagens negras são frequentemente descritas a partir de atributos que lhes conferem uma suposta inferioridade física e intelectual, reproduzindo estigmas legitimados por tais teorias.

Ao longo do processo histórico, o fim do colonialismo não significou o desaparecimento de suas lógicas de dominação. A partir da segunda metade do século XX, estudiosos como Quijano (2005) formularam o conceito de colonialidade, entendido como a permanência das hierarquias raciais, epistêmicas, de gênero e de poder instituídas no período colonial. Mesmo após a independência formal dos países latino-americanos, a matriz colonial continuou a organizar relações sociais, políticas e culturais, garantindo a centralidade do modelo eurocêntrico como referência de humanidade, racionalidade e progresso.

É nesse cenário que surge a proposta de descolonização, um movimento analítico e político que busca enfrentar criticamente a lógica da colonialidade. Como destaca Boff (2016), a descolonização não é um evento único, mas um processo multifacetado que ultrapassa a mera retirada administrativa do colonizador. Trata-se de uma descolonização dos domínios do saber, do poder e do ser, questionando os regimes epistêmicos que sustentaram, e ainda sustentam, as desigualdades globais (Torres, 2006; Boff, 2016).

Esse debate repercute no campo literário, especialmente na literatura infantojuvenil brasileira, onde se observa a reprodução de estruturas simbólicas de dominação. Personagens negros costumam aparecer desprovidos de um sistema de valores próprio, restritos a papéis subalternos ou estigmatizados, em consonância com o imaginário da branquitude. Essas representações perpetuam formas sutis de neocolonialismo, naturalizando desigualdades raciais e culturais.

A obra de Monteiro Lobato, nesse sentido, ocupa um lugar ambíguo. Por um lado, é reconhecida por sua relevância na formação do imaginário cultural brasileiro; por outro, é alvo de críticas pelas representações estereotipadas e discriminatórias, sobretudo na caracterização de personagens negros. As narrativas do *Sítio do Picapau Amarelo* evidenciam elementos de um discurso racial que, embora inscrito nas estruturas sociais de seu tempo, já despertava controvérsias e foi considerado excessivo mesmo em relação a outros

escritores do início do século XX. Esse aspecto é central: reconhecer o contexto histórico não significa naturalizar a presença do racismo, mas compreender que Lobato, ao acentuar estereótipos e associar a negritude à inferioridade, assumiu uma posição que ultrapassava os limites do aceitável até mesmo para parte de seus contemporâneos. Tal perspectiva reforça a necessidade de uma leitura crítica atualizada, capaz de problematizar o lugar da obra na história literária e cultural sem desconsiderar os impactos de suas representações.

Essas representações não devem ser vistas apenas como escolhas individuais do autor, mas como manifestações de um sistema mais amplo de colonialidade do saber. Nesse ponto, é útil recorrer ao conceito de poder simbólico, formulado por Bourdieu (1998), entendido como a capacidade de naturalizar classificações e hierarquias sociais por meio de signos, representações e práticas culturais. A literatura, nesse sentido, opera como um espaço privilegiado de legitimação de valores, pois o que é dito e repetido nos textos tende a ser reconhecido como parte da ordem social legítima.

Associado a isso, encontra-se a noção de violência discursiva, que remete ao modo como a linguagem pode produzir exclusão e inferiorização de determinados grupos. Trata-se de uma forma de violência menos visível que a física, mas igualmente eficaz, uma vez que atua no plano simbólico ao desqualificar identidades e experiências (Possenti; Oliveira, 2021). Em Lobato, esse processo se manifesta em expressões pejorativas e caricaturais dirigidas a personagens negros, o que reforça estigmas e perpetua relações assimétricas de poder.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo realizar uma análise textual e discursiva das obras *Viagem ao Céu* (1962a), *O Saci* (1962b) e *Histórias da Tia Nastácia* (1962c), a fim de evidenciar como o discurso colonial e o racismo estrutural se manifestam nessas narrativas infantis. Ao privilegiar a análise textual, busca-se contribuir para o debate crítico sobre a literatura infantil brasileira, ressaltando a importância de interpretações conscientes e contextualizadas de clássicos nacionais que, embora consagrados, não estão isentos de tensões éticas e pedagógicas.

Método

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, centrada na análise textual e discursiva de três obras de Monteiro Lobato: *Viagem ao Céu* (1962a), *O Saci* (1962b) e *Histórias da Tia Nastácia* (1962c). A escolha do corpus se justifica por serem narrativas de ampla circulação no público infantojuvenil, nas quais personagens negros ocupam posição central e que, por isso, concentram passagens recorrentemente problematizadas pela crítica contemporânea.

A coleta ocorreu em duas etapas. Primeiro, realizou-se uma leitura exploratória

com marcação livre das passagens relevantes. Em seguida, conduziu-se uma leitura sistemática, página a página, registrando as ocorrências em uma planilha padronizada. Nela constavam informações sobre obra, página, termo encontrado, forma canônica, voz enunciativa, personagem referido, trecho literal curto e contexto narrativo resumido. Para uniformizar os registros, foi elaborado um dicionário de termos, contemplando variantes como preto, negro, negrinho, mulata, mulatinha, preta velha, beijuda e macaco, além de expressões compostas e comparações recorrentes, como “preto como carvão”.

Cada ocorrência foi classificada em categorias operacionais previamente definidas, como marcação identitária, caricatural, infantilizadora, animalizante, demonizante, generalização de grupo, microagressão verbal e estereótipo de ignorância ou irracionalidade. Também se registrou de forma sistemática a voz enunciativa, distinguindo narrador, personagem específico ou fala reportada. Em situações ambíguas, como diálogos irônicos, indicou-se se o alvo era o personagem ou a situação narrada. Para reduzir vieses, aproximadamente vinte por cento das ocorrências foram relidas posteriormente e comparadas às classificações iniciais, com ajustes realizados por consenso.

Os resultados foram organizados em quadros específicos para cada obra, reunindo as ocorrências segundo página, personagem, contexto e classificação semântica. Além disso, foram analisadas citações literais que permitiram observar variações entre as narrativas. Esse procedimento buscou garantir transparência e consistência, ao mesmo tempo em que tratou com cautela a reprodução de termos ofensivos, restrita ao mínimo necessário para sustentar a argumentação.

Para a análise final, utilizou-se a Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006). Após leituras sucessivas das ocorrências registradas, realizou-se uma codificação inicial em categorias descritivas, das quais apareceram temas mais amplos capazes de evidenciar padrões de sentido, como a naturalização da cor como identidade fixa, a associação entre negritude e ignorância e a representação de corpos negros como monstruosos ou diabólicos. O processo combinou um movimento indutivo, em que os temas surgiram do próprio material, com um olhar dedutivo, guiado pela pergunta central da pesquisa: De que forma a linguagem literária de Lobato manifesta violência simbólica e sustenta desigualdades raciais, especialmente quando observada em perspectiva interseccional? Dessa forma, a análise foi além do inventário lexical, permitindo compreender como as escolhas narrativas operam no discurso e sustentam relações de poder e exclusão.

Resultados e discussão

A leitura das narrativas lobatianas exige compreender como diferentes formas de dominação se articulam. O conceito de violência simbólica de Bourdieu (1989) mostra

como certas representações naturalizam hierarquias sociais, tornando-as quase invisíveis. Essas hierarquias, porém, não se explicam apenas em nível micro: elas se inscrevem em uma matriz mais ampla de colonialidade do poder (Quijano, 2005) que coloca a branquitude como parâmetro de humanidade e racionalidade. Dentro dessa lógica, a interseccionalidade proposta por Crenshaw (1991) permite observar que personagens como Tia Nastácia sofrem múltiplas camadas de subordinação, não apenas por serem negras, mas também mulheres e idosas. Assim, os três referenciais se complementam, fornecendo um quadro teórico capaz de revelar como o discurso literário de Lobato reitera desigualdades históricas e produz sentidos de inferiorização

A análise textual das obras *Viagem ao Céu* (1962a), *O Saci* (1962b) e *Histórias da Tia Nastácia* (1962c), de Monteiro Lobato, revelou a recorrência de representações estereotipadas de personagens negros e indígenas, contribuindo para a manutenção de discursos racistas e colonialistas ainda hoje sensíveis à crítica acadêmica. Nessas obras, observa-se a permanência de termos pejorativos, microagressões verbais e simbolismos que colocam os sujeitos racializados em posições de inferioridade.

O Quadro 1, referente à obra *Viagem ao Céu* (1962a), mostra que os termos raciais aparecem quase exclusivamente associados a Tia Nastácia. Ela é constantemente chamada de “a negra”, sendo caracterizada em situações que reforçam traços caricatos de ignorância, medo e superstição.

Quadro 1: Ocorrências de termos raciais em *Viagem ao Céu* (1962a)

Termo	Página	Personagem/voz	Referindo-se a	Contexto	Valor semântico
Negra	9	Narrador	Tia Nastácia	Descrita como “a negra”, ao acompanhar os preparativos para a viagem	Neutro em superfície, mas reducionista (marca a cor como identidade principal)
Negra	10	Narrador	Tia Nastácia	“A negra não cabia em si de espanto...”	Caricatural, reforça estereótipo
Negra	12	Narrador	Tia Nastácia	“A negra tremia de medo de embarcar no foguete”	Estereotipado, sugere ignorância/medo

Negra	14	Narrador	Tia Nastácia	“A negra resmungava que aquilo era coisa do diabo”	Caricatural, associada à superstição
-------	----	----------	--------------	--	--------------------------------------

Fonte: Dados extraídos da obra *Viagem ao Céu* (1962a)

Em seguida, no Quadro 2, que sistematiza as ocorrências em *O Saci* (1962b), observa-se uma variedade maior de termos, como “preto”, “negro”, “negrinho” e “mulatinha”. Aqui, não apenas Tia Nastácia e Tio Barnabé são definidos prioritariamente pela cor da pele, mas também outros personagens aparecem racializados de forma depreciativa. O uso de “preto” para descrever o saci como “preto que nem carvão” reforça uma associação negativa, enquanto “mulatinha” introduz o diminutivo infantilizador e exotizante.

Quadro 2: Ocorrências de termos raciais em *O Saci* (1962b)

Termo	Página	Personagem/voz	Referindo-se a	Contexto	Valor semântico
Negra	12	Narrador	Tia Nastácia	“A negra” acompanhando as crianças no ribeirão	Neutro em tom, reducionista por marcar a cor como identidade principal
Negra	12-13	Narrador	Tia Nastácia	“A negra rindo-se com toda a gengivada vermelha de fora”	Pejorativo implícito, caricatural
Negra	15	Narrador	Tia Nastácia	“A resposta da negra foi...”	Neutro na superfície, mas reforça estereótipo
Negro	15	Tia Nastácia	Outros negros	“Não existe negro velho por aí [...] que não jure ter visto saci”	Neutro, dentro da fala dela

Negro	16	Narrador	Tio Barnabé	“Tio Barnabé era um negro de mais de oitenta anos”	Neutro, mas usado como marcador identitário
Negro	16	Narrador	Tio Barnabé	“O negro deu uma risada gostosa”	Reducionista, cor usada como sujeito
Preto	17	Narrador	Saci	“Um saci preto que nem carvão”	Pejorativo, associa preto ao diabólico
Negrinho	48-50	Narrador/Saci	Negrinho do Pastoreio	Criança escravizada e martirizada	Neutro na narração, mas contexto de violência racial
Mulatinha	23	Narrador	Menina	“Aquela mulatinha sapeca que mora na casa do compadre Bastião”	Estereotipado e infantilizador

Fonte: Dados extraídos da obra *O Saci* (1962b)

Por fim, o Quadro 3, referente a *Histórias da Tia Nastácia* (1962c), confirma a centralidade dos vocábulos ligados à cor da pele. Além da identificação repetitiva da personagem pelo adjetivo “negra”, surgem expressões de carga fortemente pejorativa, como a associação de personagens “pretos” ao diabo e o uso de “macaco” em comparação animalizante.

Quadro 3: Ocorrências de termos raciais em *Histórias da Tia Nastácia* (1962c)

Termo	Página	Personagem/voz	Referindo-se a	Contexto	Valor semântico
Negra	22	Narrador	Tia Nastácia	Identificada repetidamente pela cor da pele	Neutro (mas reducionista, reforça estereótipo)
Negra	22	Narrador (em conto)	Personagem anônima	“A negra foi correndo dizer à princesa”	Neutro, mera identificação

Pretos	43	Narizinho	Personagens de contos	Afirma que as negras enfeitavam personagens “pretos como diabos pretos”	Pejorativo, associação ao mal
Preto	43	Pedrinho	Personagens de conto	Observa que Andersen não incluiu “pretos” na história, ao contrário do Brasil	Pejorativo, reforço de estereótipo
Macaco	65	Narrador/ personagem	Associado a negros	Uso em comparação animalizante	Pejorativo explícito

Fonte: Dados extraídos da obra *Histórias da Tia Nastácia* (1962c)

A leitura comparativa dos três quadros permite observar um padrão: a linguagem de Lobato recorre à cor da pele como marcador identitário fixo e, em diversas situações, como recurso para reforçar estereótipos raciais. As variações entre as obras não eliminam essa constante: Tia Nastácia aparece quase sempre definida como “a negra”, Tio Barnabé é identificado como “o negro”, o saci é descrito como “preto” em associação diabólica e o mito do Negrinho do Pastoreio é narrado com ênfase na violência contra a criança escravizada.

O vocábulo macaco exemplifica a pejoração linguística porque associa pessoas negras a uma imagem animalizada e desumanizada. Esse tipo de marcação não apenas ridiculariza, mas também legitima hierarquias raciais nas quais o corpo negro é sistematicamente desvalorizado. De modo semelhante, expressões como preta velha e preto velho articulam raça, gênero e idade para reforçar estereótipos que marginalizam personagens como Tia Nastácia, frequentemente reduzida a papéis subalternos. Já termos como mulatinha ou descrições como “preto que nem carvão” operam na chave da exotização e da demonização, associando sujeitos negros a traços de inferioridade, descontrole ou maldade inata, o que reitera imaginários coloniais ainda presentes no discurso literário.

Com frequência, pesquisadores e o senso comum restringem a compreensão do racismo às manifestações mais abertas, como insultos raciais, crimes de ódio ou atitudes explicitamente discriminatórias. Essa leitura ignora que as formas sutis de discriminação, menos perceptíveis sobretudo para quem não sofre seus efeitos diretos, produzem impac-

tos igualmente nocivos. Elas perpetuam o estigma ao consolidar imagens negativas do negro no imaginário social, reforçam exclusões em espaços de prestígio ou reconhecimento e naturalizam a desigualdade racial em diferentes esferas da vida cotidiana.

O conceito de interseccionalidade, elaborado por Crenshaw (1991), constitui uma ferramenta analítica fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão: raça, gênero, classe, idade, deficiência, operam de forma articulada na produção de desigualdades sociais. Ao problematizar a tendência de analisar tais marcadores de modo isolado, a interseccionalidade evidencia que sujeitos pertencentes a grupos subalternizados vivenciam formas de discriminação que não podem ser reduzidas à mera soma das opressões, mas devem ser entendidas em sua complexa interação.

No *corpus* lobatiano, essa perspectiva permite observar que a racialização dos personagens não se apresenta de maneira homogênea, mas atravessada por outras categorias que intensificam ou modulam a experiência de subalternidade. A personagem Tia Nastácia, por exemplo, é construída na confluência entre raça e gênero. Sua condição de mulher negra a insere em um espaço de marginalidade dupla: de um lado, a representação da mulher reduzida ao trabalho doméstico e ao cuidado, funções tradicionalmente desvalorizadas; de outro, a inscrição de estereótipos raciais que a caracterizam como caricatural, ingênua ou supersticiosa. A combinação desses elementos consolida uma figura que condensa a interdição de agência discursiva e a naturalização da subalternidade.

Em contraste, a figura de Tio Barnabé demonstra uma articulação distinta entre raça e gênero. Embora igualmente marcado pela negritude, o personagem ocupa a posição de depositário de saberes populares, sendo responsável por transmitir narrativas ligadas ao folclore e à religiosidade popular. Esse lugar, ainda que revestido de certa autoridade simbólica, não escapa à lógica da exotização, pois a valorização da oralidade e da experiência empírica aparece em oposição ao conhecimento letrado e racional, atribuído aos personagens brancos. Dessa forma, Barnabé é reconhecido como sábio, mas apenas dentro dos limites de um saber marginalizado, constantemente hierarquizado como inferior.

Já o Saci incorpora, além da racialização, o marcador da deficiência física, sua perna única. Tal elemento, longe de ser representado de modo neutro, associa-se a um imaginário que vincula o corpo negro a imagens de monstruosidade, traquinagem ou irracionalidade. A deficiência, nesse caso, opera como intensificação do estigma, reforçando a construção de uma figura ambígua, simultaneamente fascinante e perigosa, situada nos limites da humanidade plena. A interseccionalidade, aqui, explícita como raça e deficiência interagem para sustentar uma representação de alteridade radical, inscrita em uma tradição colonial de demonização do corpo negro.

A análise interseccional das personagens demonstra, portanto, que a literatura infantil de Lobato não apenas reproduz os discursos raciais de seu tempo, mas também os

articula a outros eixos de subordinação, compondo um quadro complexo de inferiorizações múltiplas. Ao apontar como tais categorias se sobrepõem e se reforçam mutuamente, essa abordagem contribui para desnudar os mecanismos pelos quais a colonialidade do poder e do saber se mantém operante no campo literário, naturalizando hierarquias e legitimando desigualdades que ultrapassam a dimensão estética e incidem diretamente na formação de subjetividades sociais.

Ressalta-se que as representações não se restringem a agressões explícitas e diretas, mas se manifestam, de modo recorrente, por meio de mecanismos sutis de violência simbólica e de reprodução do racismo estrutural (Bourdieu, 1989). Trata-se de um processo no qual práticas linguísticas aparentemente banais naturalizam desigualdades históricas e sustentam a hierarquização racial no imaginário social.

Com frequência, ao se discutir o fenômeno do racismo, tende-se a reduzi-lo a manifestações abertas, como insultos raciais, crimes de ódio ou atitudes explicitamente discriminatórias. Todavia, formas insidiosas e estruturalmente enraizadas de racismo sistêmico operam de maneira mais velada, escapando à percepção daqueles que não as vivenciam diretamente. Essas formas de discriminação, embora menos perceptíveis, produzem efeitos igualmente devastadores, perpetuando o estigma e a exclusão dos grupos racializados.

No âmbito da linguagem, tal processo pode ser observado através do fenômeno da pejoração, que se refere à degradação semântica de determinados termos ao longo do tempo, conferindo-lhes significados cada vez mais depreciativos. Magalhães (2016) salienta que, do ponto de vista sincrônico, o grau de vulgaridade de uma palavra nem sempre é facilmente identificável, sendo necessário contrastá-la com outros signos linguísticos para aferir suas cargas valorativas.

Como ilustração desse fenômeno, destaca-se o seguinte excerto: “Bem que se vê que é preta e beijuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é seu nariz, sabe?” (Lobato, 1962c, p. 132). Nesse trecho, a utilização do termo beijuda demonstra o caráter pejorativo atribuído a características fenotípicas associadas ao corpo negro. Ao mesmo tempo, a afirmação de que a personagem “não tem a menor filosofia” reforça uma lógica de deslegitimação intelectual, que nega às pessoas negras o estatuto de sujeitos de conhecimento. Tal associação se insere em um quadro mais amplo de racismo epistêmico, historicamente consolidado, no qual apenas o homem ocidental foi reconhecido como dotado de racionalidade plena. Como lembra Grosfoguel (2016), desde a formação da modernidade, diferentes grupos, sendo africanos, indígenas, judeus, muçulmanos e mulheres, foram considerados inferiores, tendo seus saberes desqualificados ou apagados, num processo de genocídio e epistemicídio que estruturou o privilégio do conhecimento europeu. Assim, a frase não apenas reproduz um insulto físico, mas também ecoa esse imaginário colonial

que associa negritude à irracionalidade, reforçando a exclusão simbólica e material dos corpos negros da esfera do saber.

Outro exemplo de pejoração pode ser identificado no uso da palavra *boba* em referência a Tia Nastácia. Ainda que em registros antigos o termo pudesse remeter a sentidos como “abençoada” ou “despreocupada”, no contexto da escrita de Lobato essas acepções não são neutras nem elogiosas. Quando dirigidas a uma personagem negra, funcionam de modo condescendente, infantilizador e diminutivo, reforçando estereótipos que desqualificam sua racionalidade e a reduzem a um papel subalterno.

Importa destacar que a pejoração não se restringe unicamente a termos de forte impacto social, alcançando também expressões aparentemente inofensivas, mas que, inseridas no discurso narrativo, desempenham papel relevante na manutenção de estereótipos raciais. Em outra passagem da obra, a personagem Emília, em tom de escárnio, manifesta sua visão depreciativa acerca das histórias contadas por Tia Nastácia:

[...] - Pois cá comigo - Disse Emília - Só aturo estas histórias como estudo da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras-coisa mesmo de negra beijuda, como tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto (Lobato, 1962c, p. 30).

A partir da citação em análise, observa-se que a personagem Emília manifesta uma concepção segundo a qual os indivíduos negros seriam intelectualmente inferiores em relação aos sujeitos brancos, revelando, assim, a interiorização e reprodução de um sistema de valores racialmente hierarquizado. Essa postura pode ser interpretada à luz da noção de poder simbólico, conforme desenvolvida por Bourdieu (1989), que concebe as divisões sociais como estruturadas por classificações gnosiológicas, nas quais a ordenação lógica do mundo precede e sustenta a legitimação moral das hierarquias existentes.

O poder simbólico, nesse sentido, atua como uma forma de dominação que opera de maneira frequentemente imperceptível, naturalizando as desigualdades ao inscrevê-las no próprio *habitus* social. Embora velado, esse poder concentra-se nas mãos daqueles que controlam os recursos simbólicos e detêm o monopólio sobre as instituições e os dispositivos que produzem e validam significados sociais. Desse modo, configura-se um regime discursivo no qual determinados grupos sociais são legitimados como produtores autorizados de saberes, enquanto outros têm suas experiências sistematicamente desqualificadas e marginalizadas.

Nesse contexto, torna-se pertinente avançar na análise de outro fragmento da obra, no qual se evidenciam novas manifestações dessas dinâmicas simbólicas de poder e subordinação:

O próprio tio Barnabé, que faz parte do nosso sistema, também é centro dum sistemazinho lá dêle, composto por mulher, dos filhos e dos cacarecos que possui no casebre-aquele pote d'água, aquelas esteiras, aquelas panelas de barro tão velhas.. - E aquele cachorro sarnento também, o Merimbico - Lembrou Emília (Lobato, 1962a, p.142)

No fragmento analisado, observa-se que Emília mobiliza sua compreensão socialmente construída para emitir juízos de valor acerca dos papéis sociais, das normas de conduta e das relações familiares atribuídas ao personagem Tio Barnabé. Tais juízos não apenas reproduzem, mas também legitimam hierarquias de poder que atravessam as categorias raciais, sociais e econômicas. A partir dessa análise, torna-se possível identificar a presença de microagressões, compreendidas como formas sutis e recorrentes de agressão, que podem manifestar-se tanto de modo verbal quanto não verbal, muitas vezes escapando à percepção consciente de quem as perpetua (Martins; Lima; Santos, 2020). Essas microagressões não operam de forma isolada, mas constituem expressões de um racismo sistêmico amplamente enraizado, frequentemente reproduzido até mesmo por sujeitos bem-intencionados pertencentes aos grupos privilegiados, os quais permanecem alheios às normas culturais hegemônicas que sustentam essas práticas discriminatórias.

De forma ainda mais ampla, torna-se evidente que nas narrativas de Monteiro Lobato há a perpetuação de um regime de violência simbólica, conceito desenvolvido por Bourdieu (1989), no qual a dominação não se exerce por meio da força física, mas através da imposição insidiosa de significados e classificações que rebaixam simbolicamente determinados grupos sociais. Tal opressão ocorre em virtude do desconhecimento, ou da não problematização, das estruturas que organizam o acesso desigual aos campos de produção e validação do saber, reforçando, assim, a naturalização das hierarquias sociais.

As relações de poder instauradas nas obras analisadas também se evidenciam nos episódios que tematizam a posição do Saci enquanto figura subordinada e escravizada. A esse respeito, é útil recorrer à concepção foucaultiana de poder, entendida não como algo centralizado em uma autoridade única, mas como uma rede difusa e capilarizada que atravessa os sujeitos e as instituições, regulando condutas e legitimando certas posições (Foucault, 1980). Essa leitura, no entanto, ganha densidade quando articulada à reflexão de Grosfoguel (2016) sobre o racismo e o sexismo epistêmico, que desde o longo século XVI relegaram aos corpos não brancos e não masculinos a condição de irracionais ou de produtores de saber inferior.

Aplicada ao discurso literário de Lobato, essa perspectiva conjunta permite compreender como o texto funciona como dispositivo de reprodução simbólica: os personagens brancos são investidos da prerrogativa discursiva de organizar o mundo narrativo e

ocupar o lugar do saber, enquanto personagens racializados, como o Saci, são representados de forma subalterna, caricatural ou exotizada. Assim, a narrativa não apenas encena relações de poder, mas também ecoa estruturas coloniais que ligam negritude à ausência de racionalidade e que, historicamente, sustentaram a exclusão de determinados grupos das esferas de prestígio e conhecimento.

A partir da Teoria Crítica da Raça (Delgado; Stefancic, 2021), é possível compreender que o racismo não constitui apenas um conjunto de manifestações individuais ou episódicas de preconceito, mas um fenômeno estrutural e institucionalizado, sustentado por práticas discursivas que racializam os sujeitos, naturalizam desigualdades e mantêm os mecanismos de dominação em funcionamento. Esse sistema complexo de racialização torna a erradicação do racismo especialmente desafiadora, pois sua permanência não depende unicamente de manifestações abertas de discriminação, mas de toda uma lógica social que legitima e perpetua privilégios racialmente distribuídos.

Dessa forma, a análise das obras de Monteiro Lobato permite identificar a interconexão entre discurso, poder e racismo sistêmico, demonstrando como esses elementos operam de maneira articulada na constituição de estereótipos e desigualdades sociais profundamente enraizadas. Tal constatação exige uma leitura crítica dessas produções, assim como a adoção de abordagens reflexivas que permitam problematizar os legados históricos e culturais nelas inscritos.

[...] - Hoje, sim. - afirmou Emília. Tia Nastácia está “lagarteando”, mas negra velha não tem direito de repousar. Narizinho encarou com olhos e censura. - Malvada! Quem neste sítio tem mais direito de descansar do que ela, que é justamente quem trabalha mais? Então negra velha não é gente? Coitada! Ela entrou no lagarto ontem; Espere ao menos mais uns dias. -Não [...] Teimou Emília (Lobato, 1962a, p.7).

No excerto analisado, observa-se que Emília recorre a expressões discriminatórias ao se referir a Tia Nastácia, identificando-a como negra e idosa. Sob a perspectiva interseccional, torna-se necessário reconhecer que a discriminação vivenciada por Tia Nastácia assume contornos específicos, distintos daqueles experimentados, por exemplo, por um homem negro ou por uma mulher não idosa. Sua condição enquanto mulher negra idosa insere-a em um *locus* de vulnerabilidade que intensifica as experiências de exclusão social e simbólica. Ademais, cumpre ressaltar que as identidades sociais se constituem em camadas sobrepostas, algumas visíveis, outras invisíveis, abrangendo aspectos raciais, étnicos, religiosos, linguísticos, de gênero e de orientação sexual.

No que se refere às discussões contemporâneas sobre a permanência das obras de Monteiro Lobato no repertório literário infantil, verifica-se um debate complexo e polê-

mico em torno da reescrita, supressão ou manutenção de conteúdos considerados racistas. De um lado, há correntes que defendem a necessidade de revisão textual como forma de evitar a perpetuação de estigmas, compreendendo a linguagem discriminatória como potencialmente traumática para leitores jovens e racializados. Como destaca Junior (2022), a polêmica explicita duas tendências: a de substituição ou reescrita integral de passagens ofensivas e a de publicação de edições críticas com notas explicativas. Para o autor, a simples supressão dos trechos problemáticos é insuficiente do ponto de vista pedagógico, pois esvazia a dimensão crítica da leitura e invisibiliza o próprio funcionamento do racismo na cultura brasileira. Em sua perspectiva, uma educação literária antirracista deve expor o problema e fornecer ferramentas de interpretação para que crianças e jovens compreendam como tais discursos operam.

De outro lado, surgem críticas que qualificam tais intervenções editoriais como formas de censura, argumentando que a modificação ou eliminação desses conteúdos comprometeria princípios fundamentais da sociedade democrática, como a liberdade de expressão e a preservação da memória histórica. Esse argumento aparece tanto em vozes que defendem a intocabilidade do texto literário quanto em setores que temem o “apagamento” de aspectos incômodos da história nacional. Como observa Bignotto (2021), a longevidade e circulação massiva da obra lobatiana explicam em parte o vigor desse embate: diferentemente de outros livros infantis do início do século XX, que desapareceram com o tempo, os textos de Lobato permanecem vivos, carregando consigo valores de outra época que hoje entram em choque com parâmetros éticos contemporâneos. A autora mostra que a representação estereotipada de personagens negros não é um traço isolado de Lobato, mas parte de um repertório mais amplo da literatura infantil brasileira, que sistematicamente invisibilizou ou desqualificou sujeitos negros. Nesse sentido, os debates atuais não dizem respeito apenas ao autor em si, mas ao lugar da literatura na reprodução ou contestação de estruturas racistas

Embora tais preocupações expressem a intenção legítima de proteger leitores da exposição a discursos opressores, há o risco de que o apagamento dessas passagens contribua para a construção de uma narrativa idealizada do passado, incapaz de problematizar os alicerces históricos do colonialismo e do racismo estrutural. Como aponta Mbembe (2017), a negação do passado colonial não apaga suas cicatrizes; ao contrário, perpetua a ignorância histórica e dificulta a construção de uma consciência crítica sobre a formação das desigualdades contemporâneas. O simples expurgo de vocábulos ofensivos não suprime as ideologias coloniais subjacentes, pois estas transcendem a materialidade dos signos linguísticos e manifestam-se de maneira estrutural nas tramas, nas caracterizações de personagens e nas lógicas narrativas que sustentam a organização simbólica do texto.

Ademais, a tentativa de neutralizar o desconforto advindo do contato com con-

teúdos racialmente problemáticos pode, inadvertidamente, desresponsabilizar o leitor do necessário enfrentamento das contradições históricas e éticas que conformam a herança cultural brasileira. Como observa Hall (2003), o reconhecimento das fissuras, tensões e ambivalências presentes na cultura é condição indispensável para a produção de sujeitos críticos, capazes de problematizar as relações de poder naturalizadas nas representações simbólicas.

Neste contexto, Mendes e Maia (2019) argumentam que obras literárias problemáticas, como as de Monteiro Lobato, podem adquirir um relevante valor pedagógico quando mediadas criticamente no espaço educativo. O enfrentamento desses textos, em vez de sua exclusão, permite a construção de espaços dialógicos que viabilizam o debate sobre as permanências do racismo e da colonialidade na sociedade contemporânea. A supressão desses materiais não assegura a proteção contra o preconceito, o fanatismo ou a dor, mas pode, paradoxalmente, privar os leitores da possibilidade de desenvolver ferramentas analíticas para compreender e questionar os mecanismos históricos e discursivos que sustentam as desigualdades raciais.

Em uma sociedade ainda marcada por profundas injustiças e assimetrias de poder, a abordagem crítica de obras como as de Monteiro Lobato torna-se uma oportunidade de educar leitores não apenas sobre o passado colonial, mas sobre as complexas permanências do racismo estrutural no presente. Trata-se, portanto, de deslocar o foco da simples supressão para o trabalho pedagógico de leitura crítica, capaz de formar sujeitos leitores conscientes, eticamente sensíveis e politicamente implicados na desconstrução das hierarquias raciais herdadas do projeto colonial.

Considerações finais

A análise das três obras de Monteiro Lobato examinadas neste estudo permitiu identificar, de forma sistemática, a recorrência de representações racializadas que reforçam hierarquias coloniais. Os personagens negros e indígenas são descritos por meio de termos depreciativos, metáforas animalizantes e marcadores identitários que os reduzem a estereótipos, evidenciando a naturalização de desigualdades no imaginário infantil brasileiro.

Mais do que confirmar a presença desses estigmas, a pesquisa contribui ao oferecer um mapeamento detalhado das estratégias linguísticas e narrativas que sustentam tais representações. Esse levantamento permite que professores, pesquisadores e editores tenham instrumentos concretos para reconhecer os pontos críticos e pensar em formas de mediação adequadas.

Do ponto de vista pedagógico, o estudo sugere que a exclusão pura e simples das

obras lobatianas não resolve o problema, já que o racismo atravessa a estrutura narrativa e não apenas palavras isoladas. Em vez de supressões que podem gerar uma visão idealizada do passado, o caminho mais produtivo é a mediação crítica: edições comentadas, notas explicativas, debates em sala de aula e formação docente voltada para uma leitura antirracista. Trabalhar esses textos em paralelo com produções de autores negros e indígenas amplia o repertório e evita que o cânone permaneça restrito a uma voz hegemônica.

No plano das políticas públicas, os resultados reforçam a necessidade de repensar critérios de seleção de obras para programas oficiais de distribuição de livros. A permanência de Lobato no repertório escolar deve ser acompanhada de materiais de apoio que contextualizem as passagens problemáticas, de modo a transformar o desconforto em oportunidade pedagógica. Essa perspectiva desloca o foco da censura para a responsabilidade crítica, alinhada ao compromisso com a formação de leitores capazes de reconhecer e questionar desigualdades históricas.

Por fim, a pesquisa dialoga com o debate mais amplo sobre revisão do cânone literário brasileiro. Reconhecer a importância histórica de Monteiro Lobato não significa ignorar seus limites, mas relativizar seu lugar no conjunto da tradição e abrir espaço para obras que expressem experiências até hoje marginalizadas. Nesse sentido, a análise aqui apresentada não propõe a negação da obra lobatiana, mas a sua reinscrição em um contexto de leitura que confronte o racismo estrutural, contribua para uma prática pedagógica decolonial e fortaleça a construção de uma literatura infantil mais plural e inclusiva.

Recebido em 02 de julho de 2025

Aprovado para publicação em 12 de novembro de 2025

Referências

BIGNOTTO, Cilza. Reescrevendo a narrativa: racismo em livros infantis da época de Monteiro Lobato. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 23, n. 43, p. 56-79, 2021.

BOFF, Ricardo Bruno. **A ideia de desenvolvimento na América Latina: um manifesto decolonial**. DEBATES VII, p. 105, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CRENSHAW, Kimberle. Race, gender, and sexual harassment. **Southern California Law Review**, v. 65, p. 1467, 1991.

- DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Teoria crítica da raça: uma introdução**. Editora Contracorrente, 2021.
- FOUCAULT, Michel et al. **El ojo del poder**. Jeremías Bentham. El Panóptico. Barcelona: Ed. La Piqueta, 1980.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.
- HALL, Stuart. Cultural Studies and the Centre: some problematics and problems. In: **Culture, media, language**. Routledge, 2003. p. 2-35.
- JUNIOR, Paulo Allton Ferreira da Rosa. Por uma educação literária antirracista:” Reações de Narizinho” em novas edições. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 18, 2022.
- LOBATO, M. **As Memórias de Emília**. São Paulo: Globo, 2007.
- LOBATO, M. **Histórias da Tia Nastácia**. Editora Brasiliense. 11ª ed. São Paulo, 1962c.
- LOBATO, M. **O Saci**. Editora Brasiliense. 11ª ed. São Paulo, 1962b.
- LOBATO, M. **Viagem ao Céu**. Editora Brasiliense. 11ª ed. São Paulo, 1962a.
- MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. Lexicografia e pejoração no português brasileiro: notas dialógicas a partir de referências saussurianas. In: **Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 2016. p. 139-157.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2010.
- MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2793-2802, 2020.
- MBEMBE, Achille. Africa in theory. **African futures: Essays on crisis, emergence, and possibility**, v. 1, p. 211-230, 2017.
- MENDES, Neilson Silva; MAIA, Fernanda Nunes. Monteiro Lobato, Racismo e Literatura: narrativas de um eugenista. **Revista Espaço Livre**, v. 14, n. 28, p. 53-65, 2019.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1989.
- POSSENTI, Sírio; OLIVEIRA, Hélio. Violência e perversidade discursiva. **EntreLetras**, v. 12, n. 1, p. 6-24, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Poeteiro, 2014.

TORRES, Nelson Maldonado. Pensamento crítico desde a subalternidade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. **Afro-Ásia**, n. 34, 2006.